CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 230/71

Aprovado em 21/6 /1971

À vista do artigo 38, § 7º e 8º, do Regimento do Conselho Estadual de Educação, o ofício da Escola de Engenharia de Taubaté, a fls. 2 do Protocolado n. 277/70, uma vez aceito como pedido de reconsideração de deliberação do Colegiado, configura-se como recurso ao Conselho Federal de Educação, cujo encaminhamento se dá "ex-officio".

PROTOCOLADOS CEE- N°s. 1.101/69, 277/70 e 364/70. I

INTERESSADO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE TAUBATÉ.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS.

RELATOR - Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI.

1 - Histórico:

Foram-me encaminhados quatro protocolados. Em três, figura como interessada a Escola de Engenharia de Taubaté (N°s. 1.101/69, 277/70 e 364/70) e no quarto os interessados são José Leme (e outros) e a Faculdade de Direito de Taubaté (N°s 466/70).

- I -

Nos autos do protocolado n° 1.101/69, alunos da Escola de Engenharia de Taubaté consultaram o Conselho Estadual de Educação sobre se o estabelecimento poderia, ou não, cobrar-lhes taxa de transferência.

O Conselho se manifestou mediante o Parecer n° 40/70, procedente da Comissão de Legislação e Normas, aprovado na sessão plenária, realizada em 9 de março de 1970 (fls. 89 e 108).

Entendeu o Conselho que os alunos consulentes tinham direito, à vista da legislação federal, de receber a guia de transferência, independentemente do pagamento de taxa.

Ciente da deliberação do Colegiado, a Escola de Engenharia de Taubaté, em abril de 1970, oficiou-lhe para os seguintes fins:

I - a Escola figurava como interessada e, entretanto, não foi ouvida;

II - sendo evidente o seu interesse na matéria, indagava se era possível ter vista dos autos;

III - solicitava esclarecimento acerca de um tópico do Parecer 40/70, "que parece insinuar que a Escola de Engenharia de Taubaté orientava-se pelo princípio de lucro e não pela da renda necessária e Justa."

No ofício, a Escola aludia a um "recurso a respeito da matéria", apresentando em 26 de fevereiro de 1970 (fls. 116).

Embora, se lhe faça referência, a cópia do recurso não foi apresentada.

Na sessão realizada em 19 de outubro de 1970, o Conselho aprovou o Parecer nº 242/70, proveniente da Comissão de Legislação e Normas. Aprovando o Parecer, deliberou o Conselho, à vista das reiteradas violações, pela Escola, do Decreto-lei federal nº 532, de 16 de abril de 1969, e com apoio no Artigo 5º deste, oficiar "às autoridades competentes, judiciárias e policiais, remetendo cópia de suas deliberações sobre a matéria, encaminhando a quem couber às reclamações e as denúncias" que lhe forem enviadas (fls. 132 e 133).

A fls. 138, figura ofício assinado por quem se declara estudante de engenharia, denunciando a recusa da Escola de Engenharia de Taubaté em cumprir o Parecer CEE nº 40/70.

- II -

O protocolado 277/70 foi originado por documento emanado da Escola de Engenharia de Taubaté, datado de 26 de fevereiro.

Lê-se - "1.2.2. - Pelo presente, vimos à presença de Vossa Excelência apresentar RECURSO no sentido de excluir a Escola de Engenharia de Taubaté, no corrente ano de 1970, das deliberações e comunicações referentes a taxas e anuidades, principalmente tendo em vista que as majorações feitas foram de 20%, inferiores, portanto, às autorizados Velo Conselho" (fls. 2).

Sim, trata-se de um recurso, a despeito da petição destoar formalmente de uma típica petição de recurso.

Por despacho, a fls. 4, o Presidente da Comissão de Encargos Educacionais entendeu que a Escola deveria dirigir-se ao Conselho Federal de Educação, em face do disposto no artigo 1º, § 1º, do Decreto-lei federal nº 532, de 1969.

O Secretário Geral, em audiência da Presidência, remeteu os autos à Assessoria Jurídica (fls. 9). Tendo presente o Regimento do Conselho, a Assessoria conheceu do ofício da Escola como pedido de reconsideração e não como recurso. Mas não lhe reconheceu razão que o tornasse procedente (fls. 17).

A Comissão de Encargos Educacionais sufragou lhe o ponto de vista e este foi endossado pelo Conselho na sessão plenária, realizada no dia 29 de maio de 1970, ao aprovar-lhe Parecer que tomou o número 135/70 (fls., 40).

O Secretário Geral do Conselho, a fls. 40, despachou no sentido de que se deveria officiar ao Conselho Federal de Educação, encaminhando-se lhe todos os pronunciamentos deste Colegiado.

- III -

Deu origem ao protocolado n° 364/70 a petição, datada de 6 de abril de 1970, de alunos da Escola de Engenharia de Taubaté, interessados na transferência para outros estabelecimentos. Insistindo a Escola na cobrança de taxa de transferência, solicitavam providências para que as guias lhes fossem entregues sem pagamento.

A fls. 33, a Assessoria Jurídica informou: "Este Conselho, denegando o pedido de reconsideração, ao qual a Escola de Engenharia de Taubaté chama, impropriamente, de "recurso", encaminhou-o, "ex-ofício", sob a forma de recurso ao Egrégio Conselho Federal de Educação, com fundamento no parágrafo 8° do Artigo 38 do Decreto estadual n° 52.122, de 1969".

Ocorre, porém, que, a fls. 67, o Secretário Geral do Conselho, fazendo remissão àquela informação, da Assessoria Jurídica, esclareceu que não figurava nos assentamentos do Colegiado o registro de que o recurso da Escola (interposto contra o Parecer CEE - n° 40/ 70 nos autos do protocolado n° 277/70) tivesse sido encaminhado ao Conselho Federal de Educação.

- IV -

Em cada um dos protocolados, há uma Informação a respeito da deliberação do Conselho, tomada na sessão plenária, de 10 de maio do corrente ano, segundo a qual os protocolados deveriam ser encaminhados à Comissão de legislação e normas para que a matéria fosse examinada, sob todos os seus aspectos legais.

- V -

Este o histórico dos protocolados em que figura como interessada a Escola de Engenharia de Taubaté, no que basicamente se relaciona como mérito.

Parecer

O Regimento do Conselho Estadual de Educação, com as alterações que lhe foram introduzidas, aprovadas pelo Decreto nº 52.122, de 1º de Julho de 1969, reza:

"Artigo 38 - Compete a Comissão de Encargos Educacionais pronunciar-se sobre a matéria a que se refere o Decreto-lei federal nº 532, de 16 de abril de 1969.

§ 6º - Das decisões do Conselho Pleno caberá pedido de reconsideração no prazo de dez (10) dias, contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, ressalvado ao interessado o direito de recurso direto, na forma do parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto-lei federal nº 532, de 16 de abril de 1969.

§ 7º - Os pedidos de reconsideração deverão ser decididos pelo Conselho Pleno durante o prazo de quinze (15) dias, a contar da data em que deram entrada no órgão próprio do Conselho Estadual de Educação.

§ 8º - Os pedidos de reconsideração denegados serão encaminhados "ex-officio", sob a forma de recurso, ao Conselho Federal de Educação no prazo de cinco (5) dias, conta dos da data da decisão denegatória".

Ainda que formalmente lhe faltem alguns característicos de um recurso ou de um pedido de reconsideração, o ofício da Escola de Engenharia de Taubaté, de 26 de fevereiro de 1970, que deu origem ao protocolado nº 277/70, provocado, segundo se depreende, pelo Parecer nº 40/70, foi acolhido pelo Conselho Estadual de Educação como pedido de reconsideração.

Assim o entendeu a Comissão de Encargos Educacionais (fls.18). Assim o deliberou o Conselho em sessão plenária (fls. 40).

Há no Regimento a figura do pedido de reconsideração das deliberações do Conselho sobre matéria oriunda da Comissão de Encargos Educacionais.

Reexaminando os seus atos, a requerimento dos interessados, o Conselho, em reformando suas deliberações, estaria não só realizando o seu objetivo de aplicar a lei com acerto, mas também, colaborando com o Conselho Federal de Educação, remetendo-lhe menor número de recursos.

Do contrário, se confirmadas suas deliberações, os recursos, encaminhados ao Conselho Federal de Educação, seriam instruídos pela sua sustentação.

É bem de ver que o Regimento do Conselho, sem ferir o Decreto-lei federal nº 532, de 1969, no artigo 38, criou no plano administrativo, um recurso semelhante ao agravo de instrumento de que trata o Código Civil.

O Parecer CEE - nº 40/70, foi aprovado na sessão plenária, realizada no dia 9 de março de 1970. A deliberação foi publicada no Diário Oficial, de 11 do mesmo mês (fls. 85).

O ofício da Escola de Engenharia de Taubaté, conhecido pelo Conselho com pedido de reconsideração, deu entrada no Protocolo Geral, em 9 de março de 1970 (fls. 2 verso). Vale dizer, foi protocolado dentro do prazo a que se refere o § 72 do artigo 38 do Regimento.

Logo, cabe ao Conselho Estadual de Educação, face ao disposto no § 8º do citado artigo 38, encaminhar, "ex-officio", ao Conselho Federal de Educação, como recurso, à vista do Decreto-lei federal nº 532, de 1969, a petição da Escola de Engenharia de Taubaté a fls. 2 dos autos do protocolado nº 277/70.

É o nosso entendimento.

Sala das Sessões da Comissão de Legislação e Normas,
aos 31 de maio de 1971.

(aa) Conselheiro SEBASTIÃO H. DA CUNHA PONTES - Presidente
Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI - Relator
Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES
Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES
Conselheiro OLAVO BAPTISTA FILHO
Conselheiro PÉRSIO FURQUIM REBOUÇAS